

S. Pedro do Rio Seco, Guarda, Coimbra, o mundo! (e a Igreja dos Mártires)

João Dionísio¹

Universidade de Lisboa

Resumo

Este artigo procura reflectir sobre os pontos de vista de Fernando Pessoa e de Eduardo Lourenço acerca do provincianismo. Enquanto aquele escreveu especificamente acerca do conceito, o pensamento de Lourenço sobre esta matéria pode ser maioritariamente extraído da sua produção relativa a outros assuntos. Apesar das diferenças resultantes da análise directa ou da consideração oblíqua do provincianismo, há um significativo terreno que é comum no modo como os dois pensadores entendem este fenómeno. Mesmo a fronteira clara entre a tendência centrípeta de Pessoa e a inclinação centrífuga de Lourenço não colide com a percepção de que, para ambos, o provincianismo é uma atitude mental. Com base em documento guardado no arquivo de Lourenço que contém uma transcrição parcial de poema escrito por Lermontov, testa-se no fim do artigo uma visão do provincianismo como exercício de admiração literária.

Palavras-chave: Provincianismo, Fernando Pessoa, Eduardo Lourenço.

Abstract

This article seeks to reflect upon Fernando Pessoa and Eduardo Lourenço's standpoint regarding provincialism. Whereas the former wrote specifically about the concept, the latter's thoughts on this matter can mostly be extracted from essays on other topics. Despite the differences stemming from direct analysis or indirect consideration of provincialism, there is a large common ground in the way that the two writers envisage this phenomenon. Even a major dividing line between them, as is the centripetal tendency of Pessoa's compared to Lourenço's centrifugal inclination, does not collide with the shared perception that to both authors provincialism is a mental attitude. Based on a document from Lourenço's archive that contains a partial transcription of a poem by Lermontov, the end of this essay tests the view of provincialism as an exercise in literary admiration.

Keywords: Provincialism, Fernando Pessoa, Eduardo Lourenço.

¹ A investigação para este artigo enquadra-se no âmbito do projeto UIDB/00214/2020, FCT — Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.



Em 1871, mais de um século antes de aparecerem os Village People, e mais ainda antes do surgimento dos Pet Shop Boys, o fundador do jornal *New York Tribune* e candidato pelo partido republicano liberal à presidência dos Estados Unidos, Horace Greeley, recomendava que se fosse para o Oeste. “Go West”, escrevia ele a um jovem que lhe pedia conselho. No final dessa década, sem que ninguém lhe tivesse pedido conselho a ele, Cesário Verde dá a indicação contrária: o melhor mesmo era ir para Leste:

Batem carros de aluguer, ao fundo,
Levando à via-férrea os que se vão. Felizes!
Ocorrem-me em revista, exposições, países:
Madrid, Paris, Berlim, S. Petersburgo, o mundo! (Verde, 1887: 61)

Ir para fora de Lisboa era o que mais importava, mas definitivamente para Leste. Na direcção oposta, para Oeste, só havia o Atlântico, conhecido por ser zona de passagem de epidemias. De facto, a fronteira marítima de Lisboa, sendo esta “lugar grande, de grande tráfego” (*apud* Abreu, 2018: §6), tornava-a uma cidade permanentemente sujeita a focos de peste e por isso, ainda em 1889, a capital portuguesa continuava a ser, em território nacional, o único porto de primeira ordem, o que significava ser o único porto dotado de um lazareto perene, onde se procedia à vistoria das embarcações (Abreu, 2018: §7). Como afirma André Pita, “os portos foram os principais modos de efetuar grandes transações comerciais, mas também de circulação de passageiros e, por sua vez, de doenças.” (Pita, 2017: 23).

Os surtos epidémicos na segunda metade do séc. XIX na capital portuguesa são bem conhecidos. Prosseguia ainda a cólera em 1855, ano do nascimento de Cesário Verde, quando a cidade teve de fazer frente a nova epidemia, desta vez a febre amarela, que se terá manifestado no outono de 1856, com provável proveniência do Brasil, tendo produzido grande mortandade até ao primeiro trimestre de 1858: fatalidades em número superior a 5500, 1 em cada pouco mais de 35 habitantes e 1 por cada 3,18 infectados (s.n., 1859).

Portanto, compreendia-se bem que, em oposição a Horace Greeley, o apelo *Go East* fosse o mais adequado para Cesário, não cabendo neste momento reflectir sobre as razões que o levaram a não buscar a felicidade por deslocação oriental.

Eduardo Lourenço parece ter seguido, obliquamente, a orientação de Cesário: é verdade que primeiro vai de S. Pedro do Rio Seco, tão perto da fronteira com Espanha, para a Guarda e

para Lisboa, partindo depois para Coimbra. Mas, mais importante, segue então definitivamente para Leste, primeiro para a Alemanha, depois para França, com uma experiência passageira no Brasil entre Montpellier e Grenoble, antes de se fixar em Nice e na sua cercania. O impulso para a saída de Portugal é sinalizado em várias ocasiões, como em carta de 28 de Julho de 1952 dirigida a Jorge de Sena: “Certamente achará estranhíssima esta minha carta, mas espero que se lembre da ‘situação’ desta Coimbra onde vegeto” (Lourenço e Sena, 2023: 30). Um ano mais tarde, a 13 de Maio, escreve de novo a Jorge de Sena em termos que sugerem bem como não era só Coimbra a produzir aqueles efeitos: “Até à próxima ou até qualquer dia pois estou a magicar na ideia de ir até Lisboa ver o ballet e dar um dedo de conversa aos amigos, trocar um desespero de província por um desespero de capital.” (Lourenço e Sena, 2023: 34). E logo antes desta despedida, aludindo à estância 14 do canto VII d’*Os Lusíadas*, Lourenço trata o país natal como “pequeno charco lusitano” (Lourenço-Sena, 2023: 34).

Portanto, todo o país, e não esta ou aquela parte, estava tolhido por provincianismo. Os diagnósticos de João da Ega n’*Os Maias* e do próprio Eça no artigo “Francesismo” eram, por isso, generosos aos olhos de Lourenço. No capítulo VI d’*Os Maias*, lê-se: “— Lisboa é Portugal, gritou o outro. Fóra de Lisboa não ha nada. O paiz está todo entre a Arcada e S. Bento!...” (Queiroz, 1888: 226). Já em “Francesismo”, escreve Eça:

Um paiz, no fundo, é sempre uma cousa muito pequena: compõe-se d’um grupo de homens de letras, homens d’estado, homens de negocio, e homens de club, que vivem de frequentar o centro da capital. O resto é paisagem, que mal se distingue da configuração das villas ou dos valles. É a gente somnolenta da provincia (...) (Queiroz, 1912: 483).

São trechos deste género que Lourenço (2023: 132) tem em mente quando, no ensaio “Da Literatura como Interpelação de Portugal (De Garrett a Fernando Pessoa)”, se refere ao programa pedagógico protagonizado por Eça de Queirós e Ramalho Ortigão:

A um Portugal rude, provinciano, analfabeto, a uma Capital mimética, indolente, medíocre de fazer chorar as pedras, os jovens Eça e Ramalho pretenderam ensinar-lhe tudo — mesmo o que não sabiam —, transformar um e outra numa espécie de pequena França que os não envergonhasse nem de que eles se envergonhassem.

Note-se como, e aqui fica visível a ironia lourenciana, a capital deixaria de ser mimética se se afrancesasse, mas o ponto mais interessante neste apontamento é outro. Trata-se da caracterização etária de Eça e Ramalho, cujas ambições professorais resultariam de impulsos juvenis e seriam radicalmente moderadas ao atingirem a maturidade. A moderação, essa, ganharia a forma, aos olhos do ensaísta, de um oxímoro: a cidade no campo. Veja-se o que o autor de *O Labirinto da Saudade* escreve noutro ensaio deste livro:

O “grande ar de Paris” só o respirará Eça quando abdicar de o respirar, quando se deixar ir, de corpo e alma, ao sabor dos pacatos, mas tão viscerais, relentos da saborosa e realíssima provincianice lusíada, retirando dela o que todas as províncias deram sempre: o mel de que se fazem os impérios e as grandes obras (Lourenço, 2023: 197).

É para esta espécie de contradição em termos geográficos que se encaminha Pessoa em vários documentos através de várias etapas. A primeira corresponde a uma radicalização do diagnóstico de Eça, que se torna cruamente arrasador, arrasador literalmente, pois nada se distingue no país, nem mesmo a sua capital. “Assim vivemos em aldeia em Portugal inteiro” (Pessoa, 1980: 148); ou seja, Portugal todo faria parte do conjunto de nações que, como afirma noutro texto, “não são senão províncias” (Pessoa, 1978: 356). À semelhança do que afirma Pessoa, para Eduardo Lourenço, nem o enclave Arcada-S.Bento, nem o escol constituído pelos homens de letras, do Estado, de negócio e de clube resgatavam o país do charco, pequeno e lusitano. O regime político não é evidentemente indiferente na avaliação do país feita por Lourenço, mas a impressão de charco é mais funda do que essa contingência, daí ele ter sempre manifestado reservas a que o considerassem um “exilado”.

Antes de realizar aquela interpretação do francesismo de Eça, o estabelecimento profissional definitivo de Lourenço em França no final da década de 50 do século passado poderia ser visto sob o signo de um destino de fuga diferenciado, a que não é indiferente a matriz francesa da sua formação. E a que talvez também não fosse indiferente uma certa ideia de cultura europeia, plasmada no sonho de Victor Hugo de que um dia a Biblioteca Nacional de França fosse a instituição bibliográfica dos Estados Unidos da Europa (cf. De Biasi, 2017).

Mas não nos iludamos. Como assinala Margarida Calafate Ribeiro, à data em que se torna Leitor na Universidade de Grenoble, Lourenço não só escreve como publica, no *Jornal da Baía*, em

1958, “A França em Questão — o Fim da Liberdade como Boa-Consciência”. E neste artigo o desencanto com a sua nova pátria é indiscutível (*apud* Ribeiro, 2020: 391):

O fim da fase imperialista europeia ilumina sem piedade alguma o que havia e há de violência, apenas coberta com o verniz do esplendor cultural, em toda a história europeia. Nem o manto tradicional de “cristã”, nem o manto moderno de “livre” que a França exemplificava, como ninguém mais, podem resistir à contradição visível entre essas mitologias e as violências históricas concretas que sempre com elas coexistiram.

Mais: além dos sentimentos cristãos e da liberdade que a França já não podia exemplificar face ao que se conhecia da guerra da Argélia, o verniz do esplendor cultural também deixava a desejar. É o que se nota tanto pelas referências ao snobismo advertido no país que acolhe Lourenço, como também pelo reconhecimento daquele provincianismo que decidira deixar para trás. Isso mesmo é denunciado num apontamento, firmado a 15 de Setembro de 1963, sobre um concerto de música clássica em Paris:

Que babel de vulgaridade mesmo lá onde, mais provincianos ainda do que nos inventamos, supomos que o bom gosto e a cultura existem. De Paris a esta hora o mais cultivado dos públicos (diz-se) interrompe a 7.^a Sinfonia [de Beethoven] com palmas no fim do Allegretto e berra como um possesso quando termina o Concerto em Lá de Schumann. Exactamente como um match de futebol. Decerto os que mais gritaram foram os mesmos que interromperam Beethoven. Tudo é futebol. Assim vai esta carroça da cultura ocidental podre de demagogia e analfabetismo (Lourenço, 2019: 123).

Assim, logo na primeira fase do seu estabelecimento quase perene em França, Lourenço nota que há uma dimensão, digamos, “provinciana” que é completamente independente do lugar onde se encontra. Esta verificação prática está sintonizada com o sentido não-geográfico em que se desenvolve a reflexão de Pessoa sobre o provincianismo:

São estes (...) os característicos [a incapacidade de concentração voluntária, o espírito de imitação e a ausência de espírito crítico] que iremos encontrar também no provinciano; são eles que o distinguirão do campónio, por um lado, do cidadão, por outro. No campónio, semelhante ao animal, a concentração voluntária existe, mas instintiva; a imitação existe, mas superficial, e não, como na criança e no provinciano, vinda do fundo da alma; o espírito crítico não existe, mas é substituído por uma intuição bruta das realidades. No cidadão, semelhante ao homem formado, existem as duas qualidades que na criança e no provinciano são negativas, e não há imitação, mas aproveitamento dos exemplos alheios (Pessoa, 1980: 149).

Repare-se, portanto, que não só o provinciano não é traço intrinsecamente ligado ao tipo de povoação, maior ou menor, onde vive, mas os próprios termos de comparação, apesar de à superfície remeterem para a povoação urbana (o cidadão) e para a povoação rural (o campónio), valem pelas características que lhes são associadas e não pelos lugares de residência. Campónio, provinciano e cidadão são estados mentais, não geográficos. Conforme escreve Pessoa noutro apontamento: “Não é de admirar, de facto, que a grande maioria da humanidade civilizada seja mentalmente provinciana, porque o urbanismo mental é mais difícil de se estabelecer que o geográfico (geodético).” (Pessoa, 1980: 147). De qualquer maneira, e neste passo Pessoa dá uma visão extrema do desapontamento experimentado por Lourenço em França, o que é considerado o mal superior português não é privativo nosso. Na verdade, Pessoa tem uma visão epidémica do problema:

Se, por um daqueles artifícios cómodos, pelos quais simplificamos a realidade com o fito de a compreender, quisermos resumir num síndrome o mal superior português, diremos que esse mal consiste no provincianismo. O facto é triste, mas não nos é peculiar. De igual doença enfermam muitos outros países, que se consideram civilizantes com orgulho e erro (Pessoa, 1928).

Noutro texto sobre o assunto, o artigo “O Caso Mental Português”, o autor insiste na ideia do provincianismo como enfermidade universal:

Se de aqui se concluir que a grande maioria da humanidade civilizada é composta de provincianos, ter-se-á concluído bem, porque assim é. Nas nações deveras civilizadas, o escol escapa, porém, em grande parte, e por sua mesma natureza, ao provincianismo. A tragédia mental de Portugal presente é que (...) o nosso escol é estruturalmente provinciano (Pessoa, 1932: 45).

Assumindo, para benefício do meu argumento, que quer Pessoa, quer Lourenço, independentemente da respectiva extracção sócio-económica, fazem parte do escol, é interessante verificar como pode ser declinada a questão cosmopolita ou cidadina, no sentido simbólico atribuído por Pessoa, em cada um deles. Retomo por isso um texto de Pessoa para isolar um passo:

Os homens, desde que entre eles se levantou a ilusão ou realidade chamada civilização, passaram a viver, em relação a ela, de uma de três maneiras, que definirei por símbolos,

dizendo que vivem ou como os campónios, ou como provincianos, ou como cidadãos. Não se esqueça que trato de estados mentais e não geográficos, e que portanto o campónio ou o provinciano pode ter vivido sempre em cidade, e o cidadão sempre no que lhe é natural desterro (Pessoa, 1932: 45).

O natural desterro de Pessoa é a cidade de Lisboa, não no sentido de contraposição a paisagem (como na expressão “Portugal é Lisboa; o resto é paisagem”), mas porque aí pode, como poderia suceder noutros lugares, ter *uma* vida mental. Uma vida semelhante à do passageiro do eléctrico que, segundo o passo do *Livro do Desassossego*, repara no vestido da rapariga que está à frente dele. E a observação do vestido se transforma num portal de acesso às fábricas e aos trabalhos que o produziram.²

decomponho o vestido em o estofa de que se compõe, o trabalho com que o fizeram — pois que o vejo vestido e não estofa — e o bordado leve que orla a parte que contorna o pescoço separa-se-me em retroz de seda, com que se o bordou, e o trabalho que houve de o bordar. E imediatamente, como num livro primario de economia politica, desdobram-se deante de mim as fabricas e os trabalhos — a fabrica onde se fez o tecido; a fabrica onde se fez o retroz, de um tom mais escuro, com que se orla de coisinhas retorcidas o seu logar junto do pescoço; e vejo as secções das fabricas, as machinas, os operarios, as costureiras, meus olhos virados para dentro penetram nos escriptorios, vejo os gerentes procurar estar socegados, sigo, nos livros, a contabilização de tudo; mas não é só isto: vejo, para além, as vidas domesticas dos que vivem a sua vida social nessas fabricas e nesses escriptorios... Todo o mundo se me desenrola aos olhos só porque tenho deante de mim, abaixo de um pescoço moreno, que de outro lado tem não sei que cara, um orlar irregular regular verde escuro sobre um verde claro de vestido (Biblioteca Nacional de Portugal, E3, 4–33r).

Ou então semelhante à do rapaz da agência de turismo, mencionado noutro apontamento do *Livro de Desassossego*, que colecionava “folhetos de propaganda de cidades, paizes e companhias de transportes” para fazer as suas viagens imaginárias. É acerca dele que o narrador formula o desejo de que “talvez um dia, em velho, se lembre, como é não só melhor, senão mais verdadeiro, o sonhar com Bordeus do que desembarcar em Bordeus” (Biblioteca Nacional de Portugal, E3, 2–52r). Uma das razões por que Pessoa dispensa desembarcar em Bordéus é olhar para a realidade circundante como um livro, como o livro primário de economia política referido no trecho sobre o vestido da rapariga no eléctrico, e tomar os livros como veículos de imaginação intelectual que o

² Embora mais analítico, este trecho parece remeter à estrofe de “N’um Bairro Moderno”, de Cesário Verde, que começa: “Subitamente — que visão de artista! —” (Verde, 1887: 29).



eximem de canseiras cosmopolitas: nem Madrid, nem Paris, nem Berlim, nem S. Petersburgo, e o mundo não está mal onde está. Neste sentido, Lisboa é melhor do que outros lugares (Cova da Piedade ou Vila Nova de Milfontes) porque se encontram aí mais facilmente os estimulantes necessários, nomeadamente em livrarias como a Lewtas & Taboada. A imaginação alimentada por estimulante bibliográfico ganha nitidez parcial quando Pessoa escreve ao seu primeiro biógrafo, esclarecendo: “O sino da minha aldeia, Gaspar Simões, é o da Igreja dos Martyres, alli no Chiado. A aldeia em que nasci foi o Largo de S. Carlos, hoje do Directorio” (Pessoa, 1998: 177). O que Pessoa omite nesta carta a Gaspar Simões é o papel fundamental desempenhado, na criação do poema que inclui referência ao sino da sua aldeia, pela leitura da poesia “Recordação da Infância”, de Luiz Augusto Palmeirim (Galhoz, 1991). Em síntese, aplicam-se por isso a Pessoa os versos da epístola 12 do livro I de Horácio: “Pois se são a racionalidade e a inteligência | (e não um lugar com vista ampla do mar) que tiram as angústias, | aqueles que atravessam as ondas mudam de clima — não de disposição” (Horácio, 2023: 487). Pessoa é o Cesário que fica.

Quanto ao caso de Lourenço, tendo embora havido uma deslocação com o fito de, para usar as palavras de Horácio, tirar as angústias, cedo parece verificar que elas não desaparecem. Há, no entanto, uma diferença assinalável, pois a linhagem de Lourenço parece ser a dos que partem por se sentirem aprisionados, partilhando por isso o diagnóstico de Cesário Verde, mas vencendo a sua paralisia.³ Vence, onde Eduardo Lourenço se fixou mais tempo durante a sua vida no estrangeiro, parece ter vários traços do que seria uma possibilidade de vida cosmopolita. Percebemo-los por um artigo de Afonso Praça datado de 1996: no lugar da Igreja dos Mártires, a capela dominicana concebida por Matisse, cujo sino também foi desenhado pelo pintor, a 20 km de Nice. Uma distância de segurança em relação a uma cidade cuja equipa de futebol, no momento em que escrevo, ocupa o segundo lugar do campeonato francês.⁴ Mais sinais de segurança: i) Em Nice vivem 300 portugueses, dos quais Lourenço conhece muito poucos; ii) da Avenue Provence, onde estava situada, a casa do casal Lourenço quase não se vê, adivinhando-se apenas no meio do arvoredo. Finalmente, e este é o traço correspondente à Livraria Inglesa da R. do Arsenal, chegam a Eduardo Lourenço, por assinatura, *Le Monde*, *Libération*, *Figaro*, *Le Nouvel Observateur*, *Le Point*,

³ É uma linhagem de que faz parte, em registo jocoso, Bordalo Pinheiro quando assim se retrata no livrinho *No Lazareto em Lisboa* (Pinheiro, 1881). Dela também faz parte M. S. Lourenço quando propõe como tradução de um trecho de *Finnegans Wake*, de James Joyce, “os arcos todos portugalizados”, sendo “portugalizar” o verbo correspondente a “porteculis” (Dionísio, 2020: 68).

⁴ Passou para terceiro, a par do Brest, quando revejo este artigo.



L'Express, *Magazine Littéraire*, *La Repubblica*, *Público*, *Visão*, *Expresso*, *JL* e *Jornal do Fundão* (Praça, 1996: 10). Por outro lado, como diz Afonso Praça, a casa tem uma ótima situação, e dali desfruta-se uma paisagem soberba, sobre a qual o olhar passeia à vontade, desde o vale até ao cimo dos Alpes.

Aqui chegados, gostaria de tocar brevemente no que Pessoa considera o principal traço da patologia provinciana, o da impotência irónica. Este traço é, como habitualmente, considerado no interior de uma tríade:

O síndrome provinciano compreende, pelo menos, três sintomas flagrantes: o entusiasmo e admiração pelos grandes meios e pelas grandes cidades; o entusiasmo e admiração pelo progresso e pela modernidade; e, na esfera mental superior, a incapacidade de ironia. (Pessoa, 1928: 15)

A distinção atribuída a esta incapacidade é sublinhada depois: “É na incapacidade de ironia que reside o traço mais fundo do provincianismo mental.” A ironia surge, pois, como ponto extremo do que se opõe ao mimetismo. Esta antinomia pode talvez ser explicada assim: enquanto o mimetismo sustenta que expressão e sentido sejam coincidentes, a ironia está subjacente a um nexó de descoincidência máxima, *a* e *não-a*. Mas, parece-me óbvio, aqui a ironia é a figura da descoincidência, e não necessariamente da descoincidência máxima: é o que permite dizer que a igreja da aldeia é a igreja dos Mártires, afirmar que o maior viajante conhecido de Bernardo Soares está parado e que um vestido é um livro de economia. Um provinciano, por pender para a mimese, nunca perceberá isto; um cosmopolita vive desta descoincidência. Neste contexto, é interessante recordar o que Jorge de Sena escreve a Eugénio de Andrade, a 15 de Outubro de 1970 (já Lourenço estava havia muito instalado em Vence, e Sena em Santa Bárbara), transcrevendo um poema, antes apresentado como uma das suas sátiras secretas, de que reproduzo os dois dísticos iniciais. Os versos dizem respeito a Eduardo Lourenço:

Sabe de Hegel, de Sartre, de fenomenologia,
mas andou na Rua da Sofia.

É inteligente, arguto, viajado,
mas vive sempre com a aldeia ao lado (Sena e Andrade, 2016: 360).

A Rua da Sofia, sinédoque de Coimbra, é a aldeia ao lado, que parece ser o correspondente em Lourenço, segundo Sena, à Baixa lisboeta de Pessoa. Nestes versos, viver sempre com a aldeia ao lado é reparo com intuito jocoso, mas não tem de ser. Pode, por exemplo, consistir na consciência horaciana de que “aqueles que atravessam as ondas mudam de clima — não de disposição” (Horácio, 2023: 487). Pode também corresponder a uma particular capacidade de admiração. Uma admiração testemunhada pelo vaqueiro no auto inaugural do teatro português, a *Visitação*, que é o monólogo de um rústico ao entrar num paço régio em Lisboa.

Si es aquí adonde vo
Dios mantenga si es aquí
que yo ño sé parte de mí
ñi desllindo dónde está.
Ñunca vi cabaña tal
en especial
tan ñotable de memoria
ésta debe ser la gloria
principal
del paraíso terrenal.

O não saber de si (“que yo ño sé parte de mí”), a referência admirativa ao edifício (“Ñunca vi cabana tal | en especial | tan ñotable de memoria”) e, sobretudo, a aposta interpretativa no êxtase (“ésta debe ser la gloria | principal | del paraíso terrenal”) parecem afins do pasmo de Lourenço perante Pessoa:

vemos no “verbo” de Pessoa, mormente naquele que configura e plasma com mais irrecusável fulgor essa “genialidade”, uma espécie de luz ou de fogo que ilumina e transfigura a realidade, tal como ela se apresenta antes e fora dessa iluminação. Antes mesmo de saber com o máximo de plenitude o que os poemas de Pessoa *são*, aparecem-nos originalmente como a luz na qual nos é dado ver o que até eles não víamos. Assim, os poemas se instituem — como em todos os grandes poetas — os guias de quem os comenta, pois é por eles serem obra e acto de génio que o leitor se descobre leitor de poemas e passa da relativa treva espiritual que lhe é própria à mais funda claridade (Lourenço, 217–218).

Além do vocabulário religioso, que faz do crítico Lourenço uma espécie de apóstolo e da sua crítica um evangelho, repare-se na injunção de que os poemas se instituem como os guias de quem os comenta. É neste ponto que termino, com a apresentação breve de um documento do

espólio de Lourenço (BNP, E71, Cx. 84.). Trata-se de um pequeno fragmento de papel onde o ensaísta escreveu os seguintes versos:

Sob o sol tórrido do meio-dia
Jaze na planície do Daghestan,
Imóvel, o chumbo no peito,
Minha ferida profunda fumegava ainda,
E meu sangue corria gota a gota

Os mais treinados leitores de Pessoa verão talvez afinidades com o poema “O Menino da Sua Mãe”. E de facto, sobre estes versos, Lourenço registou esse mesmo título. Uma outra versão do poema pessoano? Um rascunho interrompido ainda em fase de definição formal? A anisometria ostensiva e ausência de rima contrastam com o esquema rimático uniforme do poema conhecido de Pessoa: ABAAB, e com a mais nítida convergência métrica nele patente. De facto, não se trata de versos de Pessoa, mas sim do escritor russo Mikhail Lermontov, conforme Lourenço assinala (cf. Jousserandot, 1918, 51–52). Trata-se de simples curiosidade de leitor, que se surpreende ao vislumbrar um certo ar de família entre os dois poemas? Não me parece. Os dois textos, de conteúdo aparentado, um jovem ferido na guerra que morre sozinho, apresentam diferenças clamorosas, de título, de forma e de voz. O título de um é “O Menino da Sua Mãe”, do outro “O Sonho”; na forma, Pessoa adopta a quintilha, enquanto Lermontov constrói o seu poema em quadras; o poeta português narra na terceira pessoa, o escritor russo na primeira.

No entanto, observe-se bem, os dois poemas dispõem de uma estrutura muito aparentada: duas estrofes consagradas à descrição do morto; uma estrofe de transição e três estrofes finais (no texto de Pessoa) ou duas (no caso de Lermontov) em que o foco passa para outras figuras (a mãe, a criada, as pessoas de casa, no poema de Pessoa; no de Lermontov, as raparigas, em particular uma delas). Veja-se em especial que há certos nós estruturais de grande importância e que são coincidentes: os títulos dos poemas são gerados de modo expresso na estrofe 3: em Pessoa, a mãe dá-lhe um nome: “O Menino da Sua Mãe”; em Lermontov, surge também uma referência ao nome e o sujeito diz sonhar e o poema intitula-se precisamente “O Sonho”; e, na conclusão, os versos 2 e 4 da estrofe final de Lermontov retomam exactamente ou em variação os versos correspondentes da estrofe inicial; já os de Pessoa, também em variação e de maneira exacta, retomam os versos finais das estrofes 1 e 3.



Tudo somado, estamos naquela situação em que os fundamentalistas da iteração só quererão ver um nexu provado quando as coincidências forem de repetição ostensiva, nomeadamente vocabular; os que não são fundamentalistas, nos quais me incluo, estão disponíveis para reconhecer ligações pertinentes a partir de sinais bem mais diversificados e discretos. Digamos que têm mais capacidade de pasmo. Sena diria que andam sempre com a aldeia ao lado. Neste caso particular, uma prova maior desse pasmo é observarmos Lourenço a pensar. Terão reparado que o poema de Lermontov se organiza em quadras enquanto o de Pessoa está estruturado em quintilhas. O apontamento de Lourenço é um ensaio sobre como Pessoa poderá ter passado de uma forma para a outra. É Lourenço a fazer de Pessoa. Como bom apóstolo, este apontamento é uma forma de *imitatio Christi*.

Referências

1. Documentos

Biblioteca Nacional de Portugal, E3, 2–52r, disponível em https://ldod.uc.pt/facs/bn-acpc-e-e3-2-1-91_0103_52_t24-C-R0150.jpg (consultado em 16/05/2024).

Biblioteca Nacional de Portugal, E3, 4–33r, disponível em https://ldod.uc.pt/facs/bn-acpc-e-e3-4-1-87_0065_33_t24-C-R0150.jpg (consultado em 16/05/2024).

Biblioteca Nacional de Portugal, E71, Cx. 84.

2. Bibliografia

ABREU, Laurinda (2018) “A Luta contra as Invasões Epidémicas em Portugal: Políticas e Agentes, Séculos XVI–XIX”, *Ler História*, 73: 93–120, disponível em <https://journals.openedition.org/lerhistoria/4118> (consultado em 16/05/2024).

DE BIASI, Pierre-Marc (2017) “‘Je Donne Tous Mes Manuscrits...’ ou les Deux Corps de l’Écrivain”, *Genesis*, 45: 37–50, disponível em <https://journals.openedition.org/genesis/2968> (consultado em 16/05/2024).

DIONÍSIO, João (2020) *Agora Entra no Vento. Tradução e Génese na Obra de M. S. Lourenço*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

GALHOZ, Maria Aliete (1991) Em Torno ao Poema de Fernando Pessoa “Ó sino da minha aldeia” — Nota Preliminar e Achega ao Seu Estudo, in *Estudos Portugueses: Homenagem a Luciana Stegagno Picchio*, Lisboa, Difel, 743–758 [1986].

GREELEY, Horace (1871, 15 de Novembro) Carta a R. L. Sanderson, The Gilder Lehrman Institute, GLC00608, disponível em <https://www.gilderlehrman.org/history-resources/spotlight-primary-source/horace-greeley-go-west-1871> (consultado em 16/05/2024).

HORÁCIO (2023) *Poesia Completa*, tradução e comentários de Frederico Lourenço, Lisboa, Quetzal.

JOUSSERANDOT, Louis (1918) *Lermontov (1814–1841)*, Paris, La Renaissance du Livre.



LOURENÇO, Eduardo (2019) *Da Música*, coordenação, introdução e notas de Barbara Aniello, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

LOURENÇO, Eduardo (2020) *Pessoa Revisitado. Crítica Pessoaana I (1949–1982)*, coordenação, introdução e notas de Pedro Sepúlveda, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

LOURENÇO, Eduardo (2023) *O Labirinto da Saudade e outros ensaios sobre cultura portuguesa*, edição de João Dionísio, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LOURENÇO, Eduardo e Jorge de SENA (2023) *Correspondência*, organização e notas de Mécia de Sena, Lisboa, Gradiva.

PESSOA, Fernando (1928, 12 de Agosto) “O Provincianismo Português”, *O Notícias Ilustrado*, 15, disponível em http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_O_Provincianismo_Portugues (consultado em 15/05/2024).

PESSOA, Fernando (1932, 30 de Novembro) “O Caso Mental Português”, *Fama*, 1, disponível em http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_O_Caso_Mental_Portugues (consultado em 15/05/2024).

PESSOA, Fernando (1978) *Da República (1910–1935)*, recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão, introdução e organização de Joel Serrão, Lisboa, Ática.

PESSOA, Fernando (1980) *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*, recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão, introdução e organização de Joel Serrão, Lisboa, Ática.

PESSOA, Fernando (1998) *Cartas entre Fernando Pessoa e os Directores da presença*, edição e estudo de Enrico Martines, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda.

PINHEIRO, Raphael Bordallo (1881) *No Lazareto de Lisboa*, Lisboa, Empreza Litteraria Luso-Brazileira.

PITA, André Filipe Samora (2017) *A Cólera em Lisboa (1833 e 1855/56): Emergência do Poder Médico e Combate à Epidemia no Hospital de São José e Enfermarias Auxiliares*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, dissertação de mestrado, disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/34849> (consultado em 16/05/2024).

PRAÇA, Afonso (1996, 8 de Maio) “Um beirão na Provença”, *JL*, 10.

QUEIROZ, Eça de (1888) *Os Maias*, Porto, Lugan & Genelioux, disponível em <https://purl.pt/23> (consultado em 16/05/2024).

QUEIROZ, Eça de (1912) *Últimas Páginas*, Porto, Livraria Chardron, disponível em <https://purl.pt/23> (consultado em 16/05/2024).

RIBEIRO, Margarida Calafate (2000) “A Marcha Obscura da História: ‘A França em Questão ou o Fim da Liberdade como Boa Consciência’”, *Iberografias. Revista de Estudos Ibéricos*, 16, 389–398.

SENA, Jorge de e Eugénio de ANDRADE (2016) *Correspondência 1949–1978*, organização de Mécia de Sena, apresentação de Isabel de Sena, notas de Jorge Fazenda Lourenço, Lisboa, Guerra & Paz.

s.n. (1859) *Relatório da Epidemia de Febre Amarela em Lisboa, no Anno de 1857*, s.l., s.d., disponível em <https://www.ihmt.unl.pt/relatorio-da-epidemia-de-febre-amarela-em-lisboa-no-anno-de-1857-livro/> (consultado em 16/05/2024).

VERDE, Cesário (1887) *O Livro de Cesario Verde 1873–1886*, publicado por Silva Pinto, Lisboa, Typographia Elzeviriana.

VICENTE, Gil (2010) *Teatro de Autores Portugueses do séc. XVI*, edição dirigida por José Camões, Lisboa, Centro de Estudos de Teatro, disponível em <http://www.cet-e-quinheiros.com/obras> (consultado em 16/05/2024).



João Dionísio é professor de Literatura Portuguesa e de Crítica Textual na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Preparou vários volumes para a edição crítica de Fernando Pessoa e em 2021 publicou na Imprensa Nacional o livro *Doença Bibliográfica. Espólio e Edição de Fernando Pessoa & Co.* Editou para a colecção das obras completas de Eduardo Lourenço *O Labirinto da Saudade e outros Ensaios sobre a Cultura Portuguesa* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2023) e organizou em 2024 a exposição *A Caminbar para o Princípio. Eduardo Lourenço: 100 Anos* na Biblioteca Nacional de Portugal.

